

BOA VISTA, 19-20 DE JUNHO DE 1986

CARTA DE RORAIMA

MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	1/1
Cod.	00000102

Possui o território de Roraima uma faixa de 1.550 km de fronteiras com a Guiana e a Venezuela, inteiramente despovoadas, ocupando posição estratégica que merece a atenção do Conselho de Segurança Nacional. Esta faixa de fronteira é inteiramente vulnerável e guardam jazidas minerais que a tornam alvo da cobiça estrangeira.

Essa área é objeto permanente da ação de grupos alienígenas, que se escudam no índio para mascararem suas reais intenções - a criação de verdaderos quistos dentro do Território.

Atualmente vai se generalizando, cada vez mais, entre os defensores da causa indígena, a mentalidade de que o desenvolvimento do Território é fator de devastação - como no passado - das comunidades indígenas e, como tal, deve ser evitado a todo o custo.

Acontece que as reservas indígenas de Roraima foram propostas por critérios que, ao objetivarem a preservação das comunidades indígenas, não levaram em consideração o acelerado desenvolvimento sócio-econômico da região.

Nem mesmo a diferenciação entre os povos indígenas já aculturados; como os Macuxis e Uapixanas e os primitivos Yanomani foi considerada, como determina os Estatutos da FUNAI - Fundação Nacional do Índio.

Possivelmente essa situação decorre, principalmente, da pressa em demarcar vastas reservas de terras e do desconhecimento das conveniências da realidade regional, por quem, até então, tem defendido a política indígena para o Território.

Uma observação mais cuidadosa mostra que, em muitos casos, áreas com vazios demográficos estão dentro das reservas, enquanto outras aldeias ficam fora dessas mesmas reservas, especialmente no Parque Yanomani.

Outro grave erro é o limite dessas reservas, estabelecidas por meridianos e paralelos. São linhas imaginárias, difíceis de serem identificados no campo, sendo mais coerente trocá-las por acidentes geográficos naturais - rios e igarapés.

Assim, não nos parece prudente, a ideia de que as definições impostas até agora para as reservas indígenas, sejam intocáveis e

que não possam passar por uma reformulação dentro das realidades atuais.

A tendência natural dos fatos - impulsionados pelas necessidades socio-econômicas regionais, são irreversíveis, caracterizados, no caso, como uma luta pela sobrevivência dos vários setores de desenvolvimento.

Com o passar dos anos, esta predisposição atuará implacável sobre as atitudes isoladas de proteção às populações indígenas, por que os mecanismos de avanço e expansão dos civilizados, em confronto com as culturas primitivas, dificilmente será detido.

Assim, faz-se necessário solução para este problema, cujos estudos e decisões possam alinhar e balancear os interesses dos vários setores da sociedade roraimense.

Além do mais, deve-se ressaltar, que as atividades de mineração tem duas etapas distintas: uma de pesquisa e outra de lavra.

A pesquisa, por suas características metodológicas, não acarreta efeitos ecológicos de caráter destruidor; mas mesmo assim, a pesquisa está sendo bloqueada a pretexto de proteção ao índio, estrangulando e frustrando toda a tentativa do setor mineral de pesquisar e conhecer as riquezas do nosso subsolo.

Esta situação é lamentável quando se sabe, através dos poucos levantamentos geológicos preliminares e as descobertas dos garimpeiros, que a maior parte da área com depósitos minerais no Território, encontram-se dentro de áreas pretendidas ou demarcadas pela FUNAI.

A fase de lavra carece de orientação e controle especiais no contato com os índios, mas nem por isso deve ser considerada como incogitável - como está sendo feito - devendo haver soluções que ainda não foram sequer esquematizadas, por falta de estudos mais eficientes, baseados nas verdadeiras aspirações e necessidades do povo roraimense, na qual se incluem, os índios.

Na prática, não existe um Roraima dos índios e um Roraima dos civilizados, mas uma população com nuances e zoneamentos etnológicos. Para o governo, é claro que deve interessar conduzir ao bem-estar esse conjunto demográfico como um todo, de forma harmônica, e não estimular conflitos entre os diferentes grupos culturais.

Reunião organizada pela CODESAIMA, B.VISTA - julho '86